

minoria de trabalhadores reaccionários (que existe, aliás , em todas as grandes empresas e que, normalmente, é constituída por trabalhadores velhos já instalados em lugares de chefia, trabalhadores novos integrados no meio operário e procurando, muitas vezes, "safar-se" oportunisticamente e por empregados que se conduzem como se estivessem as funções de "polícia secreta" do patrão na fábrica), uma minoria de trabalhadores reaccionários, diziamos, começou a movimentar-se.

Procurou ganhar para o seu campo todos aqueles que, afastados da vida sindical, não sentem força colectiva para se oporem a movimentos deste género. e fê-lo através de um processo anti-democrático: em vez de reunir os trabalhadores e discutir com eles os problemas comuns para chegarem à solução que agradasse à maioria, pôs a circular um abaixo-assinado, em que cada um assina apenas para satisfazer os seus interesses individualistas ou para agradar ao chefe que o tinha chamado ao seu gabinete para o efeito (isto aconteceu com os mais novos).

De qualquer modo, pelo numero de assinaturas (cerca de 300, quando o Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos comunicou a sua recepção), e pela rapidez com que correu, ela indicava que devia haver um sector de metalúrgicos eventualmente interessado em que a Direcção assinasse o Acordo co a TAP.

Face

Face porém à manifestação de opiniões contraditórias entre uma parte dos metalúrgicos da TAP, e perante o facto de essa parte não chegar a metade dos metalúrgicos da empresa, a Direcção foi para a última reunião antes da assinatura do Acordo com uma posição de fundo firmemente assente:

não podia assinar o acordo, uma vez que a maioria dos sócios membros da TAP a quem representa não tinha manifestado clara e democraticamente a sua vontade. A Direcção iria tentar obter da Administração da Companhia (pois esta dissera não queres assinar sem os metalúrgicos), um acor-

do no sentido de nenhuma das partes interessadas requerer a tentativa de conciliação, no prazo de 45 dias, de modo a que a Direcção tivesse tempo para ouvir convenientemente os seus Associados e prosseguir, entretanto as negociações com a TAP, na base de reivindicações aprovadas pelas reuniões que iria promover; isto, sem prejudicar a retroactividade dos aumentos a partir de Junho, e a entrada em vigor do Acordo em 1 de Janeiro de 1971.

Foi com estas intenções que a Direcção apresentou uma declaração escrita aos outros representantes dos Sindicatos presentes, pouco antes do começo da reunião. Mas logo aí se deparou com a forte reacção dos representantes dos outros Sindicatos, que diziam já ter decidido assinar o Acordo e não estavam dispostos a continuar em negociações por mais mês e meio. Vendendo-se isolada face aos outros Sindicatos, a Direcção teve de aceitar um acordo com estes, na base de eles assinarem logo ali, obtendo contudo um prazo de 15 dias para os Metalúrgicos tomarem posição.

Iniciada a reunião com os representantes da TAP, foram estes postos ao corrente tanto da posição dos metalúrgicos como do acordo estabelecido com os outros Sindicatos. Em pouco tempo, a representação da TAP se apercebeu do isolamento em que estava a Direcção perante os outros Sindicatos. E, nessa hipótese, ela viu que seria difícil os metalúrgicos continuarem a resistir quando vissem os ordenados dos outros aumentados e com retroactividade desde Junho (embora neste ponto o grande lucro fosse para o pessoal de maiores vencimentos); ainda para mais, prevendo que a arbitragem de litígio, se viesse a ser feita, não lhes daria qualquer chance, dada a posição dos outros Sindicatos e as cedências já consentidas pela anterior Direcção. Daí que a TAP facilmente aderisse à proposta dos outros Sindicatos, mudando até a sua posição de princípio de só assinar o Acordo com a adesão de todos os Sindicatos mais representativos.

No fim desta reunião, a Direcção decidiu convocar uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia 18 à noite para explicar aos seus delega-

Asso -

6